



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Ser bem recebido e mais bem tratado: As modulações da categoria receptividade no quilombo Malhadinha com a chegada de uma linha de transmissão de energia

Autoria: Daniella Santos Alves (Professor)

A presente comunicação é fruto da imersão etnográfica a qual venho desenvolvendo, desde o começo de 2019, na comunidade de remanescentes quilombolas Malhadinha, situada no estado do Tocantins (TO). Em 2005 a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo e, a partir daí, segundo os moradores, as mudanças começaram a acontecer. Uma das principais transformações é que, agora, e diferente do passado, várias pessoas demonstram interesse no grupo. Pesquisadores da UFT e de outros estados, curiosos, ?ex-parentes?, missionários, agentes do estado do Tocantins, de programas do Governo Federal ? como o Brasil Quilombola ?, prefeituras, escolas e faculdades, todos estes chegam até os integrantes da comunidade não só com diversos projetos, mas inquietações e perguntas. A chegada dos de fora é bastante diversa e ao inquirir os moradores do porque estes preferem a Malhadinha em detrimento de outras comunidades da região, a resposta é ligeira ? somos um povo receptivo. A receptividade deve ser aqui compreendida como própria da Malhadinha, ou seja, sempre existiu nas suas relações internas. Logo, receber bem, é oferecer o que se tem de melhor em casa, é doar alguma fruta, verdura, uma carne de caça ou boi, é deixar as portas abertas, é dar farinha e até mesmo rapadura. O desafio é entender como uma prática da comunidade passa não só a receber os elementos de fora, mas modela criativamente as recepções conforme os agentes e os interesses aí colocados. Dentre as várias frentes relacionais, o work pretende focar na figura dos de fora através do empreendimento bilionário de energia elétrica que impactou o território do grupo a partir da construção de torres de energia. Vale ressaltar que a empresa não procurou a comunidade por ser a Malhadinha, mas sim, como uma resposta aos imperativos legais do processo de Licenciamento Ambiental. Entretanto, os moradores, acostumados com a chegada de vários elementos externos, passam a receber bem os representantes do empreendimento não só como um mecanismo de controle, mas também, como um elo de negociação. Isto é, durante as conversas para alcançar um consenso sobre as benfeitorias mitigatórias, estes, acabam por colocar seus interesses através da arte de receber bem. Logo, a receptividade é o fazer política da Malhadinha.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: